

Brasília-DF, 01 de abril de 2026

CNTI reúne trabalhadoras e lideranças sindicais, no 1º Encontro Mulher e Sindicalismo de Mato Grosso e reforça o protagonismo das mulheres na luta sindical



O **1º Encontro Mulher e Sindicalismo de Mato Grosso**, realizado nesta última terça-feira (31/03), no salão de festa do SINDES-MT em Cuiabá-MT, reuniu mulheres trabalhadoras de vários municípios do estado que estão na linha de frente da organização sindical e das lutas sociais.



Marcado por forte presença de lideranças sindicais, o encontro consolidou-se como um espaço político de diálogo, escuta e construção coletiva. A atividade reuniu mulheres que, no cotidiano, enfrentam desigualdades estruturais e atuam na defesa dos direitos da classe trabalhadora, reafirmando o papel estratégico das mulheres na organização sindical e na transformação social.

A abertura foi permeada por arte e resistência, com a declamação de poesias pela artista e performer Bia Correa. Ao longo da programação, foram debatidos temas centrais para a vida das trabalhadoras, como o Fim da escala 6x1, Redução da Jornada de Trabalho, abordado pela pesquisadora e professora pós-doutorado da UNICAMP, Marilane Teixeira. Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), palestrantes: Presidente da NCST e Diretora para

Assuntos da Mulher, Juventude e Idoso da CNTI, Sonia Zerino e o Auditor Fiscal Valdiney Antonio Arruda, Enfrentamento à Violência de Gênero e ao Feminicídio em Mato Grosso, palestra proferida pela Delegada da DEAM, Dra. Ana Paula Reveles e Juíza Tatyane Lopes.

O evento também contou com falas do Secretário da Região Centro-Oeste da CNTI e Presidente da NCST/MT, Sr. Roney de Lima, além da Presidente da FESSP/MT, Sra. Carmem Machado, do Presidente da CTB/MT, Sr. Miranda, Presidente da Força Sindical/MT, Sr. Noel Inácio e do Presidente do SINDES/MT, Sr. Adolfo Grassi de Oliveira.



Além dos debates, o encontro contou com uma feira de artesanato sustentável, reunindo produtoras da

Brasília-DF, 01 de abril de 2026

Agrovila das Palmeiras, em Santo Antônio de Leverger, e de outras regiões próximas.

Ao final do encontro, cerca de 20 mulheres foram homenageadas com o prêmio "Maria Lúcia", em reconhecimento à sua atuação no movimento sindical. A honraria leva o nome de Maria Lúcia do Nascimento, liderança sindical rural de União do Sul (MT), símbolo da luta pela reforma agrária e pela permanência no campo. Ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município, Maria Lúcia vivia no assentamento Nova Conquista II, onde atuava na organização de famílias assentadas. Sua trajetória foi marcada pela resistência diante dos conflitos agrários, tornando-se referência de luta após ser assassinada em 2014.



O evento foi realizado pela CNTI, NCST, FTI-MT, FESSP/MT, Força Sindical e CTB.

Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro, aponta Caged

Abertura de vagas caiu 42% na comparação com mesmo mês de 2025



© Marcello Casal Jr Agência Brasil

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 255.321 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em fevereiro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é maior em relação a janeiro, quando o país criou 115.018 empregos.

A criação de empregos caiu 42% em comparação a fevereiro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 440.432 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de fevereiro desde 2020, esse é o terceiro resultado mais baixo da série, só perdendo para o mesmo mês de 2020 (+217,329 postos) e de 2023 (+252.480 postos). A mudança da metodologia impede a comparação com anos anteriores a 2020.

Acumulado

Em janeiro e fevereiro, o Caged registrou queda de 37,8% no acumulado de vagas formais. Foram 370.339 nos dois primeiros meses de 2026 contra 594.953 no mesmo período de 2025.

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em fevereiro.

- Serviços: 177.953 postos
- Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 32.027
- Construção civil: 31.099
- Agropecuária: 8.123
- Comércio: 6.127

Tradicionalmente, o mês de fevereiro é fraco para o comércio, que se recupera dos fins dos contratos temporários no Natal.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 79.788 postos formais. A categoria de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 48.132 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 29.029 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo

Brasília-DF, 01 de abril de 2026

lugar, ficou o segmento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 1.626 vagas. A indústria extrativa abriu 1.199 vagas em fevereiro.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/brasil-cria-2553-mil-postos-de-trabalho-em-fevereiro-aponta-caged>

Fonte: Agência Brasil

Lula sanciona lei que amplia licença-paternidade

Aumento será gradual e chegará a 20 dias em 2029



© Arquivo Pessoal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira (31) o projeto de lei que amplia a licença-paternidade no Brasil. De acordo com o texto, a extensão ocorrerá de forma gradual, passando dos atuais cinco dias para 10 dias em 2027; 15 dias em 2028; e 20 dias em 2029.

“São 38 anos de espera pra regulamentar a licença-paternidade e ampliar essa licença, que hoje tem cinco dias, depois vai para 10, 15 e 20 dias. Essa foi uma conquista conjunta da sociedade civil com o Parlamento e com a nossa participação”, destacou a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

“A mulher já conquistou o mercado de trabalho fora, mas o homem ainda não conquistou a cozinha. Essa lei vai ensinar os homens a dar banho em criança, a acordar de noite para cuidar da criança quando chora. Ele vai ter que aprender a trocar fralda”, disse Lula. “É uma lei que eu sanciono com muito prazer”, completou.

Entenda

O projeto de lei foi aprovado no Senado no último dia 4. O tema, entretanto, era debatido no Congresso Nacional há 19 anos, depois de ser apresentado pela

ex-senadora Patrícia Saboya, em 2007, e relatado pela senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA).

Entre os argumentos para aprovação do texto está a possibilidade de maior participação dos pais nos cuidados com os filhos recém-nascidos ou adotados.

Quando foi aprovado na Câmara dos Deputados, em novembro do ano passado, o relator Pedro Campos (PSB-PE) afirmou que nenhum direito é mais fundamental do que o de nascer cercado de cuidado. O deputado lembrou que o tema era alvo de debates desde a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988.

Fonte: Agência Brasil

Centrais lançam marca unificada do 1º de Maio

Centrais sindicais apresentam logomarca unificada do 1º de Maio de 2026, destacando empregos, direitos, democracia e mobilização nacional dos trabalhadores



As centrais sindicais lançaram, nesta semana, a logomarca unificada do 1º de Maio de 2026, fortalecendo identidade nacional e mobilização conjunta dos trabalhadores brasileiros organizados.

A nova identidade visual destaca, bandeiras prioritárias como empregos, direitos, democracia, soberania e vida digna, além de ampliar visibilidade das pautas históricas do movimento sindical.

Além disso, os dirigentes das centrais reforçam que o material orientará atos em todo o país, estimulando unidade, participação popular e pressão por avanços concretos nas negociações.

As lideranças sindicais afirmam que o 1º de Maio de

Brasília-DF, 01 de abril de 2026

2026 marcará mobilizações, defenderá direitos e impulsionará a construção de um Brasil mais justo.

1º de Maio tem mobilização descentralizada nacional

As centrais sindicais orientam, portanto, que sindicatos realizem atos diretamente em suas bases, promovendo mobilizações nos locais de trabalho e regiões de atuação, ampliando alcance.

Além disso, a proposta busca fortalecer o diálogo com trabalhadores, dar visibilidade às reivindicações e impulsionar a organização sindical por meio de ações descentralizadas em todo país.

Paralelamente, as centrais realizarão ato em Brasília, no dia 15 de abril, com marcha na capital federal e entrega da Pauta da Classe Trabalhadora.

O documento, previamente distribuído aos sindicatos filiados e consolidado como proposta unitária das centrais, será apresentado, debatido e aprovado durante a mobilização nacional em Brasília.

Posteriormente, as lideranças entregarão a pauta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao senador Davi Alcolumbre e ao deputado Hugo Motta.

Por fim, as centrais intensificarão a participação de entidades sindicais e movimentos sociais, organizando atividades, mobilizando bases e garantindo deslocamento de trabalhadores para fortalecer a jornada.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Luiz Marinho defende fim da escala 6x1 e jornada de 40 horas sem redução salarial

Ministro afirma que país está pronto para mudança e destaca demanda da população por mais tempo livre



Foto: Junior Lucena

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta segunda-feira (30) o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de 44 para 40

horas, sem corte de salários. Segundo ele, o Brasil já reúne condições para avançar na mudança, que responde a uma demanda crescente dos trabalhadores por mais tempo para a vida pessoal.

Pela manhã, o ministro participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre o tema. À tarde, reuniu-se com empresários do setor de asseio e conservação para discutir os impactos da medida.

Luiz Marinho defendeu a importância da aprovação do projeto de lei sobre o tema, que está em discussão no Congresso Nacional. "O povo está pedindo mais tempo para si, para a família, para a educação, para a cultura, para o lazer. É um direito das pessoas", disse.

Nos casos específicos de cada setor, o ministro ressaltou a importância das negociações coletivas e afirmou que a economia brasileira está pronta para absorver os impactos da redução da jornada de trabalho. "O fim da escala 6x1 é uma escolha cultural. É mais do que uma necessidade financeira", pontuou.

Durante a audiência no auditório Franco Montoro, da Alesp, Luiz Marinho lembrou que o Brasil tem 48 milhões de trabalhadores formalizados e 44,5 milhões com carteira assinada, dos quais 66% já trabalham na escala 5x2. Contudo, há ainda o desafio de ampliar esse direito a todos os trabalhadores, ressaltou o ministro.

"Jornadas longas contribuem para o desgaste físico e mental, causam mais acidentes e aumentam o absenteísmo. Nós precisamos de gente na rua, curtindo mais cultura, música e educação. Não precisamos dessa insanidade de trabalhar todos os sábados, domingos e feriados", afirmou.

Debate com os trabalhadores

A audiência pública "6x1 Não! Uma nova jornada pela vida e trabalho" foi convocada pelo deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT-SP). O evento foi aberto ao público e contou com a participação de representantes sindicais, especialistas e lideranças da sociedade civil.

O deputado afirmou que essa é uma luta importante para a classe trabalhadora. "Fazer esse debate neste momento é uma forma de pressionar a Câmara dos Deputados a aprovar a proposta", disse Marcolino.

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/luiz-marinho-defende-fim-da-escala-6x1-e-jornada-de-40-horas-sem-reducao-salarial>

Fonte: MTE